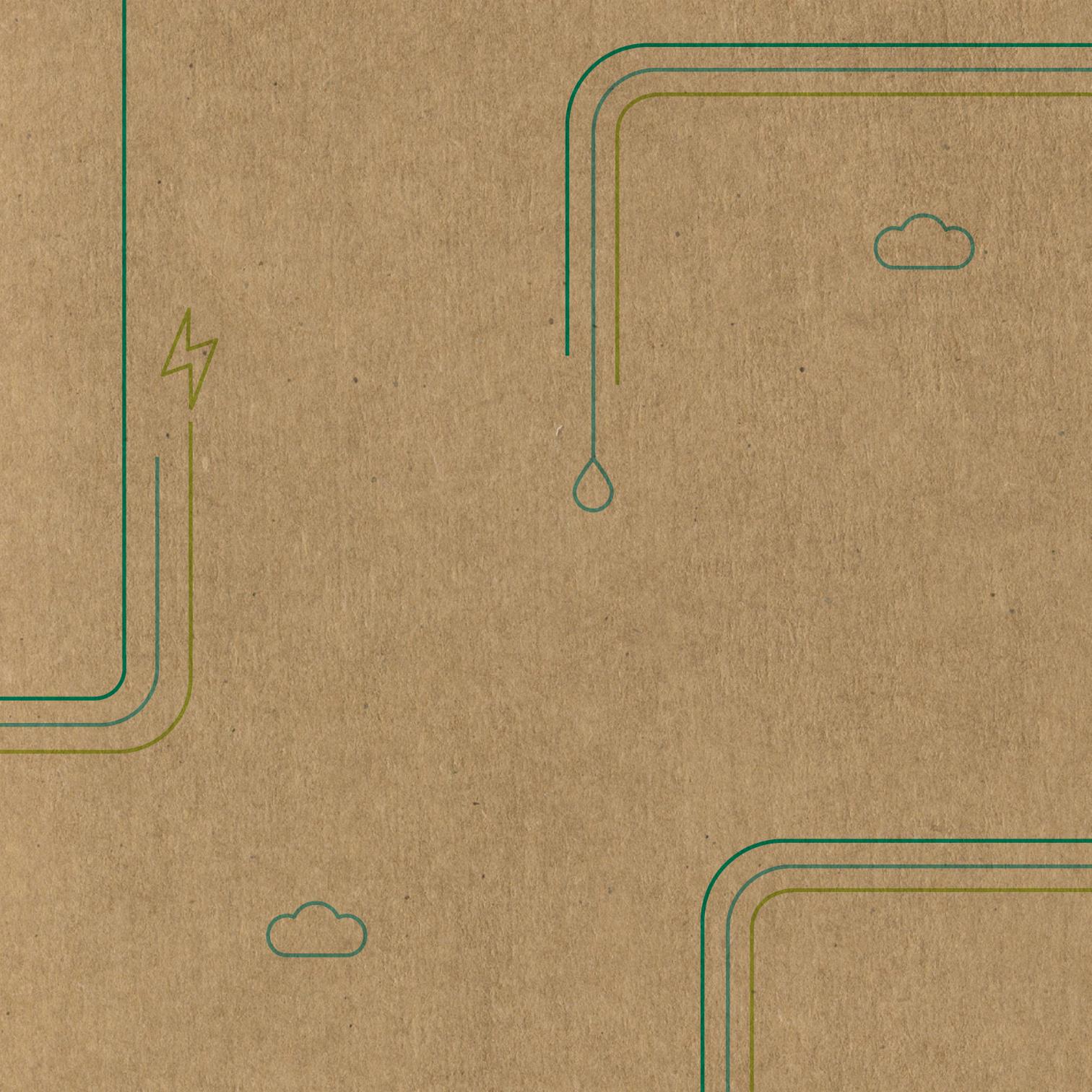


COOP NA COP30

MANIFESTO DO
COOPERATIVISMO
BRASILEIRO
PARA A COP30



COOP NA COP30

MANIFESTO DO
COOPERATIVISMO
BRASILEIRO
PARA A COP30

SUMÁRIO

Manifesto do Cooperativismo Brasileiro para a COP30

Juntos por um futuro mais próspero e sustentável 8

Quadro-Resumo - Propostas do cooperativismo brasileiro para a COP30... 14

Premissas das propostas

Tropicalização da agenda climática global 18

Verde como valor social e econômico 18

Clima como vetor de desenvolvimento 19

Comunidades como foco das ações 19

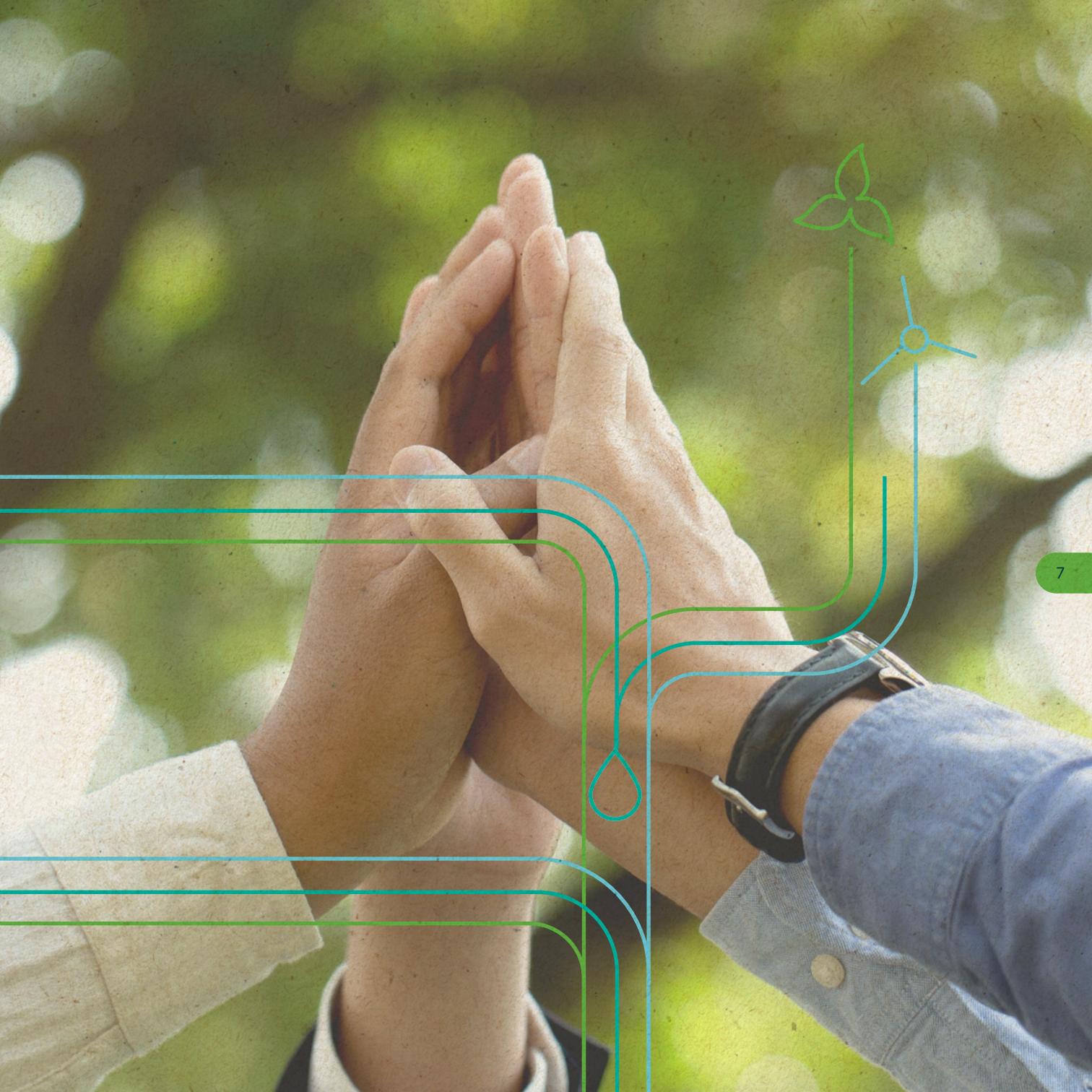
Cooperativismo como caminho e oportunidade 19

Detalhamento das propostas

Segurança alimentar, tecnologia e agricultura de baixo carbono	24
Valorização das comunidades e devido acesso ao financiamento climático	31
Transição energética e desenvolvimento sustentável	36
Bioeconomia e uso eficiente dos recursos naturais	39
Adaptação e mitigação de riscos climáticos	43
Relevância do cooperativismo no Brasil e no mundo	46
2025 - Ano Internacional das Cooperativas	47
Ações do sistema cooperativista na agenda ambiental	48
Processo de elaboração do documento	53
Cases de sucesso do cooperativismo em prol da sustentabilidade	56

MANIFESTO DO
COOPERATIVISMO
BRASILEIRO
PARA A COP30





Juntos por um futuro mais próspero e sustentável

8

Estamos vivendo um momento crucial para o futuro do planeta, no qual a adaptação, mitigação e gestão das mudanças climáticas se tornam indispensáveis. O movimento cooperativista entende que este é um dos maiores desafios enfrentados pela humanidade e que exige ações urgentes e eficazes.

Reconhecido internacionalmente como um modelo de negócios inclusivo e sustentável, o cooperativismo desempenha um papel fundamental no combate aos desafios climáticos globais, ao integrar práticas inovadoras com os princípios ESG (ambiental, social e de governança).

As cooperativas são empreendimentos criados por pessoas e para pessoas, o que reforça nosso compromisso em proteger, desenvolver e cuidar das comunidades onde atuamos. Essa é a verdadeira essência da sustentabilidade. Por meio da gestão democrática, as cooperativas não apenas geram inclusão social e econômica, mas também fortalecem

comunidades locais na adaptação e mitigação dos impactos climáticos. Seus resultados são distribuídos de forma justa entre os membros, promovendo geração de renda e resiliência comunitária.

Aproveitando a posição do Brasil como anfitrião da COP30 e o marco do Ano Internacional das Cooperativas em 2025, declarado pela ONU, buscamos consolidar nossa presença nas discussões climáticas e reafirmar o nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável. As cooperativas demonstram que a valorização do bem comum e a preservação dos recursos naturais não são apenas um protocolo de intenções, mas uma realidade incorporada em cada uma de suas iniciativas.

Não por acaso que mais de 1,2 bilhão de pessoas em todo o mundo escolheram o modelo de cooperativo como forma de ofertar seus produtos e serviços a partir da cooperação (ACI, 2023). No Brasil, não é diferente. Contamos com mais de 23 milhões de coopera-

dos distribuídos em cerca de 4,5 mil cooperativas, que atuam em diversos setores da economia (OCB, 2024).

Neste contexto, a agenda climática global deve reconhecer o verde como um valor social e econômico, promovendo a produção sustentável e a preservação ambiental. O clima deve ser um vetor de desenvolvimento, sem gerar barreiras comerciais ou limitar o acesso a mercados. As políticas climáticas precisam ter as comunidades no centro, impulsionando o desenvolvimento local e a inclusão produtiva e financeira. Além disso, o cooperativismo deve ser visto como caminho estratégico para fortalecer a sustentabilidade e viabilizar a implementação eficaz dessa agenda.

Para tanto, centralizamos as nossas propostas em cinco eixos temáticos, os quais destacamos a seguir:

Segurança alimentar, tecnologia e agricultura de baixo carbono: a crescente demanda por alimentos exige equilíbrio entre produtividade e sustentabilidade. O Brasil terá papel estratégico para suprir a demanda global por alimentos e, ao mesmo tempo, garantir a preservação ambiental e uma agricultura de baixo carbono. As cooperativas são essenciais nesse processo, promovendo tecnologia, modernização agrícola e organização produtiva. Para avançar, é fundamental adaptar métricas de produção sustentável, ampliar investimentos em tecnologia no campo, fortalecer instrumentos econômicos verdes e garantir previsibilidade no comércio global.

Valorização das comunidades e financiamento climático: o financiamento climático precisa chegar diretamente às comunidades. Cooperativas, com sua capilaridade, são protagonistas na inclusão financeira e no acesso ao crédito sustentável. Para tanto, é primordial descentralizar recursos globais, garantir a eficiência do mercado de carbono e efetivar políticas de pagamento por serviços ambientais, facilitando e barateando a atração de novos investimentos verdes, sem restringir ou impedir o acesso a recursos já existentes.

Transição energética e desenvolvimento sustentável: a matriz energética brasileira deve ser valorizada e impulsionada com políticas que fortaleçam energias renováveis, como solar, eólica e biogás. O papel das cooperativas na distribuição de energia também é essencial para ampliar o acesso à energia no campo e em pequenos municípios. Além disso, a expansão dos biocombustíveis é estratégica para reduzir a dependência das fontes fósseis e fortalecer a segurança energética nacional.

Bioeconomia como vetor de desenvolvimento: a bioeconomia deve ser consolidada como eixo central do desenvolvimento sustentável global. O cooperativismo pode impulsionar a transição para modelos produtivos sustentáveis na Amazônia e em outros biomas, desde que apoiado por políticas públicas e incentivos financeiros adequados. Investir em inovação tecnológica, melhoramento genético,

biotecnologia e inteligência artificial é indispensável para aumentar a competitividade da bioeconomia brasileira.

Adaptação e mitigação de riscos climáticos: as mudanças climáticas impactam cada vez mais o campo e as cidades, exigindo estratégias de resiliência. Cooperativas lideram ações de adaptação, como recuperação de infraestrutura, adoção de sistemas produtivos sustentáveis e desenvolvimento de tecnologias para enfrentar eventos extremos. Prioridades incluem o fortalecimento do Plano ABC+, efetivação completa do Código Florestal, ampliação de seguros climáticos e modernização da infraestrutura de adaptação.

Temos orgulho do que somos e do que já fazemos. E estamos prontos para contribuir com um futuro cada vez mais sustentável. Que este seja momento único para fortalecer parcerias, consolidar compromissos e garantir que as cooperativas continuem a desempenhar um papel de protagonismo na construção de um planeta mais justo, equilibrado e próspero para todos.

Conclamamos governos, organismos internacionais e demais atores da sociedade a fortalecerem políticas de fomento ao cooperativismo como solução para os desafios climáticos. A luta contra as mudanças climáticas é uma oportunidade de transformação econômica e social. Acreditamos que, por meio da cooperação, podemos ir além e fazer a diferença por um futuro melhor.

Sistema OCB

Março de 2025

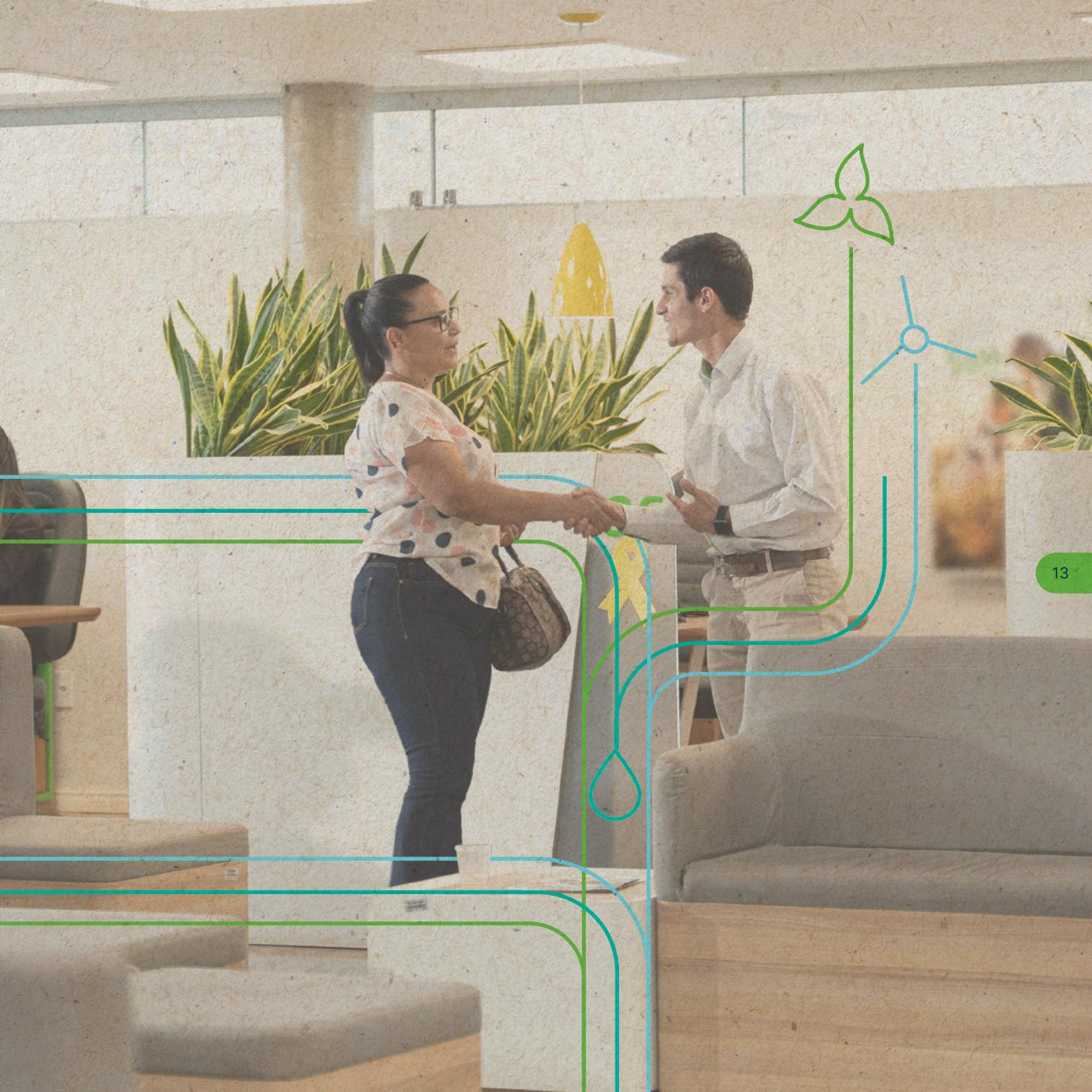




QUADRO-RESUMO

PROPOSTAS DO
COOPERATIVISMO
BRASILEIRO
PARA A COP30





Propostas do cooperativismo brasileiro para a COP30



1 Segurança alimentar, tecnologia e agricultura de baixo carbono

- a) Tropicalização dos padrões de referência de sustentabilidade
- b) Agregação de valor das cadeias produtivas
- c) Compromissos climáticos e integração do comércio global
- d) Proteção e resiliência dos sistemas agroalimentares



2 Valorização das comunidades e devido acesso ao financiamento climático

- a) Descentralização do financiamento climático
- b) Fundos públicos de financiamento
- c) Regulamentação do Mercado de Carbono
- d) Efetivação da Política de Pagamento por Serviços Ambientais
- e) Títulos verdes e demais instrumentos econômicos
- f) Taxonomia sustentável brasileira



3 Transição energética e desenvolvimento sustentável

- a) Fomento e ganho de escala na produção de energia renovável
- b) Acesso à energia de qualidade no interior do país
- c) Expansão do uso de biocombustíveis
- d) Valorização do Selo Biocombustível Social



4 Bioeconomia como oportunidade de desenvolvimento

- a) Biotecnologia e desenvolvimento sustentável
- b) Rastreabilidade e certificação da cadeia produtiva
- c) Desenvolvimento territorial sustentável
- d) Desenvolvimento da Região Amazônica
- e) Fortalecimento das bioeconomias regionais
- f) Estruturação do PIB Verde
- g) Economia circular e logística reversa



5 Adaptação e mitigação de riscos climáticos

- a) Políticas e estratégias de adaptação climática
- b) Valorização e fortalecimento do Plano ABC+
- c) CAR Dinamizado e Efetivação do Código Florestal
- d) Aprimoramento de políticas e instrumentos de seguros climáticos
- e) Infraestruturas de adaptação a eventos climáticos

PREMISSAS DAS PROPOSTAS





Tropicalização da agenda climática global

O mundo se encontra em um momento crucial para redefinir a agenda climática global. Para o Brasil, esta é a oportunidade de apresentar sua realidade de forma completa, reconhecendo seus desafios e destacando suas capacidades únicas de crescer com sustentabilidade.

Para os países em desenvolvimento, esta é a hora de avançar com o compromisso planetário de crescimento sustentável, superação da miséria, segurança alimentar e energética, e soberania de projetos locais e nacionais.

Em nível global, podemos estar diante de uma chance de renovar o diálogo e a cooperação entre todas as partes, especialmente com as nações situadas no cinturão tropical do planeta, onde o futuro da humanidade começará a se desenhar. Na nossa visão, a governança climática, portanto, deve se organizar em torno de quatro princípios fundamentais:

Verde como valor social e econômico

No cinturão tropical, o “verde” permeia todos os aspectos da vida: nas florestas, áreas de preservação, propriedades rurais, e na economia da fotossíntese, que transforma a terra em um motor de produção sustentável. No entanto, no cenário global, o “verde” tropical tem sido, até então, tratado basicamente como um custo e não como um valor intrínseco da produção. O esforço de produtores rurais em preservar áreas florestadas, promover práticas agrícolas sustentáveis (como rotação de culturas, plantio direto, agricultura de precisão, sistemas agroflorestais, dentre outros) e incorporar biotecnologias são muitas vezes ignorados como “benefícios ambientais invisíveis”. O “verde” não deve ser visto apenas como um recurso externo a ser protegido, mas também como um elemento essencial à própria estrutura da produção sustentável.

Clima como vetor de desenvolvimento

O clima precisa ser reintegrado à agenda de desenvolvimento das nações, especialmente nos países em desenvolvimento, onde os maiores desafios coletivos incluem o combate à fome, a pobreza e as condições precárias de vida. A solução para a crise climática não pode e não precisa ser vista exclusivamente sob a ótica da redução de emissões: o clima deve ser uma oportunidade de promover inovação e desenvolvimento das nações. A transição para uma matriz energética limpa deve incluir a adoção de tecnologias avançadas que permitam o crescimento sustentável, respeitando as particularidades de cada país. O Brasil exemplifica essa transição com sua experiência na geração de energia elétrica e, sobretudo, na bioenergia. O que começou com a cana-de-açúcar, agora segue com o milho, com a soja, com a palma e outras oleaginosas, e com os resíduos do trigo, do arroz e da proteína animal, além do potencial de bioenergia florestal.

Comunidades como foco das ações

A transição para um modelo sustentável exige que o financiamento climático chegue efetivamente aos municípios e comunidades, garantindo incentivos

econômicos necessários para promover a preservação ambiental e o desenvolvimento. Sem esse fluxo de investimentos nas comunidades, as soluções para a crise climática permanecerão restritas a grandes centros ou iniciativas isoladas, sem gerar impacto real em atividades produtivas e sociais que sustentam a economia local. Para que a justiça climática seja uma realidade, é fundamental estruturar mecanismos que descentralizem os recursos e fortaleçam as iniciativas que atuam diretamente na preservação ambiental, na produção sustentável e na adaptação climática. As cooperativas são o elo indispensável para conectar grandes ideais com a realidade concreta de cada comunidade.

Cooperativismo como caminho e oportunidade

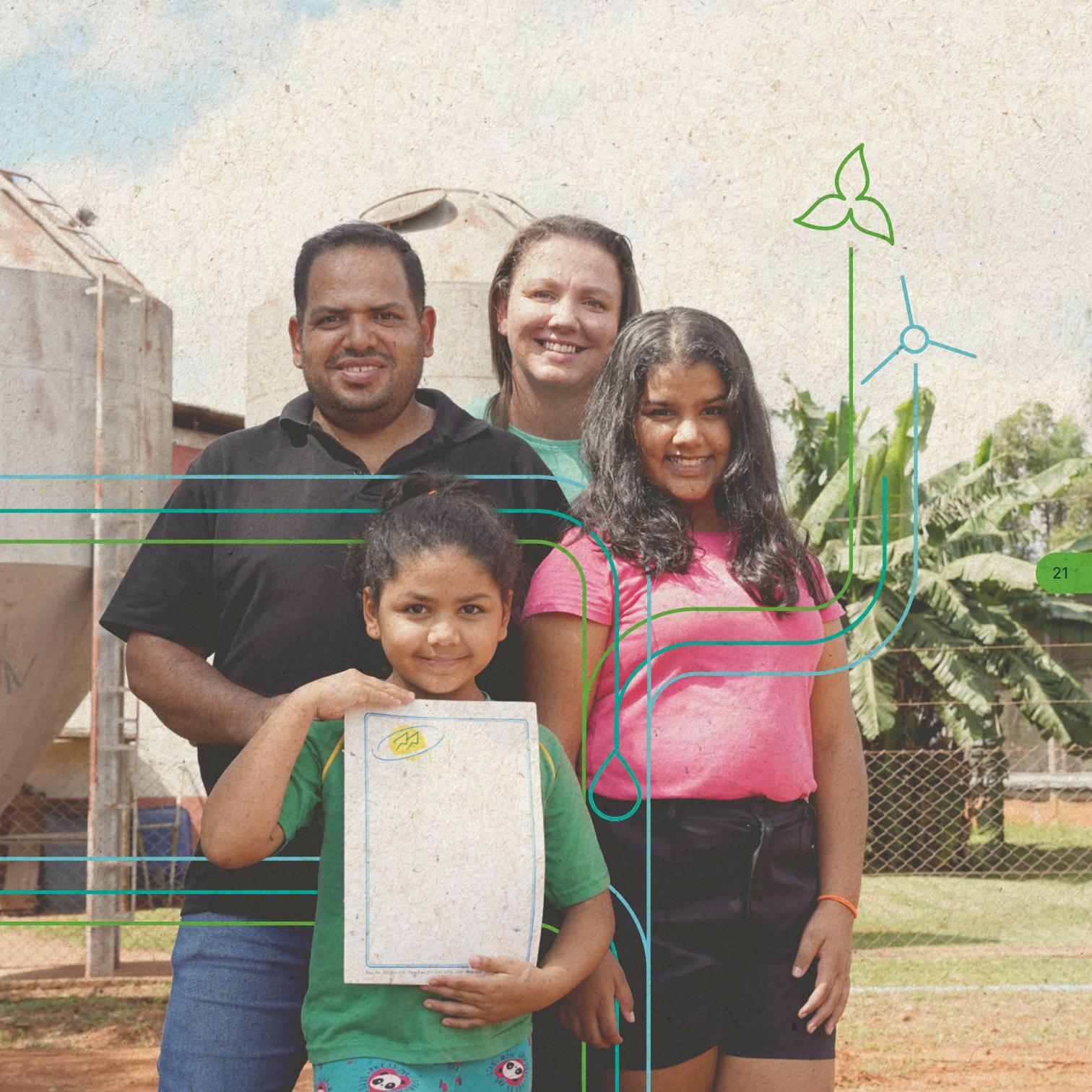
Nos últimos anos, o cooperativismo tem se aproximado cada vez mais da agenda climática, reconhecendo sua importância não apenas como motor de desenvolvimento econômico e social, mas também como peça-chave para enfrentar os desafios globais por um futuro mais sustentável.

As cooperativas promovem inclusão social, o desenvolvimento territorial e a organização social nas comunidades onde estão inseridas. A sua capilaridade e o alcance das suas redes de assistência

permitted that cooperativism becomes a powerful platform for climate financing and the implementation of sustainable practices in areas such as agriculture, renewable energy, waste management and environmental conservation.

The cooperative model is also an example of collective entrepreneurship, in which members organize to implement productive local arrangements, creating sustainable and innovative business opportunities. By integrating the environmental agenda into their practices, cooperatives play a crucial role in climate justice, promoting community adaptation, mitigation of environmental impacts and expansion of access to resources and more sustainable technologies. Thus, we move closer to a more resilient, inclusive and sustainable future, ensuring that people, communities and the planet prosper in a just and balanced way.





DETALHAMENTO DAS PROPOSTAS





1 Segurança alimentar, tecnologia e agricultura de baixo carbono

Garantir o acesso universal a alimentos seguros e nutritivos é um dos principais desafios da Agenda 2030, conforme definido pela ONU. O crescimento populacional acelerado exige um esforço global para expandir a produção agrícola, sem comprometer os recursos naturais. Projeção da FAO indica que, até 2050, a demanda por alimentos aumentará em 70%, e o Brasil terá um papel estratégico ao suprir 8% desse total. Este contexto impõe desafios complexos, como a preservação ambiental, a melhoria da eficiência produtiva e o fortalecimento da segurança alimentar para populações vulneráveis.

Diante dessa realidade, o cooperativismo agropecuário brasileiro se apresenta como uma solução viável para equilibrar produção e sustentabilidade. Com mais de um milhão de produtores associados, sendo 71% agricultores familiares, as cooperativas são protagonistas no fornecimento de alimentos para o Brasil e para o mundo, respondendo por mais de 53% da safra nacional de grãos, conforme dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE). Para se ter uma ideia

da sua magnitude em diferentes cadeias produtivas brasileiras, hoje as cooperativas representam 75% do trigo, 55% do café, 53% do milho, 52% da soja, 50% dos suínos, 46% do leite e 43% do feijão (Censo Agro 2017, IBGE). Além disso, contribuem significativamente para as cadeias produtivas de frutas, hortaliças, fibras e no setor sucroenergético. Essa diversidade produtiva garante o abastecimento de alimentos básicos e estratégicos, tanto para o mercado interno quanto para exportação, fortalecendo a balança comercial brasileira.

Nosso modelo de negócios traz escala e fortalece os pequenos produtores, garantindo acesso a tecnologias, insumos e mercados que, de outra forma, seriam inacessíveis. Isso também promove um ambiente de prosperidade, já que, nas cooperativas, o resultado econômico gerado permanece e é reinvestido na própria comunidade. Recente estudo da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) aponta que municípios com forte presença de cooperativas registram um aumento de R\$ 5,1 mil no

PIB por habitante, evidenciando como esse modelo gera um efeito multiplicador na economia local. Ao manter a riqueza dentro das comunidades, as cooperativas promovem um ciclo virtuoso de desenvolvimento, beneficiando não apenas os produtores, mas toda a cadeia produtiva e consumidores.

Sabemos que segurança alimentar deve caminhar de mãos dadas com a sustentabilidade. A crise climática global exige que tenhamos, cada vez mais, sistemas agroalimentares que aliem produção de alimentos com preservação ambiental. Neste aspecto, as cooperativas desempenham um papel essencial na transferência de tecnologia e na modernização das atividades agrícolas. Com 9 mil técnicos extensionistas atuando no campo, nas cooperativas, 63% dos produtores rurais recebem assistência técnica e extensão rural, um número expressivamente superior à média nacional de 20% (Censo Agro 2017, IBGE). Esse suporte é fundamental para elevar a produtividade de forma sustentável, promovendo maior conhecimento sobre o manejo do solo e sobre o uso de tecnologias no campo, responsáveis por reduzir substancialmente a pegada de carbono da produção agropecuária.

Aliás, o avanço da agricultura de baixo carbono no Brasil tem sido impulsionado, em grande medida, pelo trabalho das cooperativas, que têm atuado como instrumentos centrais para o devido cumprimento do Código Florestal e na implementação do

Plano ABC+, por meio das iniciativas de recuperação de pastagens degradadas, manejo sustentável do solo, tratamento de resíduos agroindustriais, conservação de ativos ambientais e incentivo à bioeconomia. Essas práticas não só minimizam as emissões de carbono, mas também aumentam a resiliência da produção agrícola diante das mudanças climáticas.

A bioeconomia e a agricultura regenerativa também estão no centro das transformações promovidas pelo movimento cooperativista. Práticas como rotação de culturas, conservação do solo, redução no uso de insumos químicos e valorização de bioinsumos são incentivadas como estratégias para garantir um futuro agrícola mais sustentável. Combinadas à inovação tecnológica, essas medidas permitem que o Brasil continue se destacando como um dos principais fornecedores de alimentos do mundo, sem abrir mão da responsabilidade ambiental.

A COP30 será um momento fundamental para o Brasil reafirmar seu compromisso com uma produção agropecuária sustentável e socialmente responsável. O modelo cooperativista pode servir de referência para outras nações, demonstrando como é possível unir crescimento produtivo, inovação tecnológica e respeito ao meio ambiente.

Nesse cenário, tropicalizar as métricas e os padrões de produção sustentável, bem como fortalecer as políticas públicas de acesso a crédito e outros incenti-

vos econômicos verdes, fomentar a adoção de novas tecnologias e incentivar a implementação de práticas sustentáveis são alguns dos caminhos necessários para que o Brasil continue desempenhando um papel central na segurança alimentar global.

a) Tropicalização dos padrões de referência de sustentabilidade

- i) Atualização dos padrões de produção sustentável:** adaptar as diretrizes internacionais e padrões de referência de sustentabilidade para a realidade da agricultura tropical, com base em conhecimento técnico-científico, garantindo que métricas, tecnologias e práticas recomendadas estejam alinhadas com as condições climáticas, ambientais e produtivas desta região. Isso inclui a revisão de parâmetros de produtividade e o reconhecimento de tecnologias e boas práticas de sequestro de carbono e conservação do solo, bem como a adequada mensuração do biometano, para que reflitam, com precisão, as especificidades da região tropical.
- ii) Métricas de precificação de carbono:** promover o desenvolvimento de padrões econômico-ambientais integrados, capazes de reconhecer e incorporar serviços ambientais e ecossistêmicos no interior da economia, a começar por produtos mais relevantes da cadeia de exportações do Brasil. Promover a elaboração de PIB Verde

Brasileiro, como previsto na Lei 13.493/2017, a partir de métricas de precificação tropicalizadas, capazes de conferir “valor” ao verde tropical e projetar as virtudes da economia sustentável brasileira perante o mundo.

- iii) Metodologias de avaliação de projetos:** estimular o desenvolvimento de metodologias tropicais, com alto rigor científico, para apurar geração de benefícios ambientais em projetos na agropecuária brasileira. Fazer isso para reconhecer valor dos ativos verdes da produção tropical, incluindo (i) reservas florestais, (ii) técnicas sustentáveis e (iii) tecnologias tropicais. Neste mesmo aspecto, priorizar metodologias ajustadas às particularidades de setores e regiões com maior participação no mercado global.
- iv) Disseminação dos padrões tropicais:** promover e disseminar padrões tropicais (métricas, metodologias, modelos, padrões de risco e de desenvolvimento) entre instituições científicas internacionais e organismos multilaterais como UNFCCC, FAO, PNUD, BID-Invest, Banco Mundial e FMI, para corrigir distorções e promover análise e avaliação precisas e justas da realidade econômica e ambiental brasileira, considerando o tamanho da sua participação nas emissões de gases de efeito estufa na cadeia de produção no planeta. Promover adoção de padrões tropicais em acordos comerciais celebrados pelo Brasil com outros países.

b) Agregação de valor e sustentabilidade das cadeias produtivas

- i) Valorização da produção brasileira como aliada da sustentabilidade:** estimular o maior conhecimento da sociedade brasileira e da comunidade internacional sobre as características, o potencial e as contribuições do agro, em especial, das cooperativas, para a segurança alimentar e para o combate à fome no Brasil e no mundo. Um setor produtivo forte e sustentável é a base para a geração de empregos, redução de desigualdades, desenvolvimento local e preservação do meio ambiente. Visando o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela ONU, acreditamos ser primordial o fomento e a valorização da imagem da produção brasileira como elemento basilar das ações e tecnologias no campo que potencializam a redução de desigualdades e o desenvolvimento local e regional, com sustentabilidade.
- ii) Fortalecimento da política de crédito rural oficial:** o crédito rural é o principal instrumento público para financiar as atividades agropecuárias no país, inclusive aquelas alinhadas ao alcance das metas climáticas. Fortalecer a atual política de crédito rural voltada aos produtores rurais e cooperativas agropecuárias, garantindo volume de recursos e taxas de juros com-

patíveis com o retorno das atividades no meio rural, funciona como fator estratégico para impulsionar as boas práticas de preservação ambiental. Dada a volatilidade da inflação e da taxa de juros, que em momentos de alta podem inviabilizar o acesso aos títulos privados, o crédito rural oficial tem um papel ainda mais valioso, de forma a dar previsibilidade e segurança à cadeia produtiva no financiamento da safra. Neste contexto, as cooperativas agropecuárias ampliam o impacto da política agrícola ao gerar economia de escala e agregar valor à produção dos pequenos produtores.

- iii) Estímulo à agricultura familiar e ao cooperativismo:** garantir, em regulamentações e na Lei Orçamentária Anual, a continuidade das políticas de compras governamentais da agricultura familiar, especialmente do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e das demais modalidades de contratação pública, com foco no fomento à produção sustentável, ao processamento e industrialização de alimentos e na valorização do papel das cooperativas. Além disso, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), apoiar as cooperativas na profissionalização da sua gestão e governança, facilitando oportunidades de negócios, parcerias estratégicas e acesso a mercados e inovações tecnológicas.

iv) Agregação de valor e geração de conhecimento no campo: ampliar e modernizar os programas de assistência técnica e extensão rural, garantindo capacitação contínua aos produtores, especialmente os pequenos e médios, com foco na adoção de práticas mais produtivas, sustentáveis e tecnológicas. Para isso, é essencial fortalecer as redes de conhecimento e inovação no campo, por meio de parcerias entre cooperativas, organizações estaduais de representação do cooperativismo, Embrapa, CNPq e outras instituições de pesquisa, universidades e o setor público.

v) Desenvolvimento e ampliação de tecnologias sustentáveis: elevar os níveis de investimento público em pesquisa agropecuária, em patamares equivalentes aos dos principais players do mercado internacional, por meio da Embrapa, do CNPq, de universidades e de outros centros de pesquisa, aperfeiçoando as ferramentas de gestão de órgãos públicos e fortalecendo as parcerias público-privadas, inclusive com cooperativas agropecuárias. O fomento da pesquisa deve estar alinhado aos critérios de alta performance e eficiência, impulsionando o desenvolvimento de tecnologias que fortaleçam a descarbonização da produção brasileira, promovam maior sustentabilidade e ampliem a competitividade do setor agropecuário.

vi) Investimento estratégico em infraestrutura e logística sustentável: priorizar investimentos em infraestrutura e logística com base nos volumes transportados, garantindo maior eficiência do escoamento da produção, reconhecendo as rotas dos principais portos na ordenação desses investimentos. Para tanto, é primordial a adoção irrestrita de requisitos de governança e compliance, de forma a garantir a neutralidade de impactos ambientais, a eficiência energética, o respeito à sociobiodiversidade e o cuidado com as comunidades impactadas pelas obras. Assim, o modelo de concessão de rodovias e ferroviárias deve priorizar, cada vez mais, as práticas mais modernas de infraestrutura verde, como corredores ecológicos, materiais de pavimentação de baixo impacto ambiental, drenagem sustentável e monitoramento ambiental em tempo real.

C Compromissos climáticos e integração do comércio global

i) Participação do setor econômico na formulação e implementação da NDC Brasileira: garantir a efetiva participação do setor econômico na formulação e implementação dos compromissos climáticos, como a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC Brasileira) e o Plano Clima, e na distribuição de responsabilidades nos planos setoriais, para que haja o devido engajamento

dos setores responsáveis pela redução das emissões de gases de efeito estufa no Brasil. Para tanto, propomos que o Governo Federal busque a participação dos setores econômicos durante todo o processo de definição e implementação das metas nacionais, assegurando transparência metodológica e o engajamento dos atores envolvidos.

- ii) **Geração de dados sobre a realidade produtiva brasileira:** aprimorar a base de dados, de forma integrada, sobre a produção agropecuária brasileira, abrangendo emissões de carbono, produtividade, conservação ambiental e impactos socioeconômicos. O incentivo a parcerias entre Embrapa, CNPq, instituições de pesquisa e órgãos governamentais permitirá consolidar informações confiáveis, contribuindo para embasar políticas públicas, decisões privadas de investidores e compradores, além de negociações internacionais.
- iii) **Integração do comércio global:** balizar o debate sobre transição climática justa, a partir de metodologias adequadas à realidade local quanto ao cálculo e prestação de contas sobre a pegada de carbono, para evitar que medidas unilaterais tenham efeitos de barreiras não-tarifárias. O comércio internacional deve ser reconhecido como um aliado na transição para uma economia de baixo carbono, sendo essencial para viabilizar

a segurança alimentar, o desenvolvimento sustentável, o acesso a tecnologias e serviços ambientais indispensáveis à descarbonização global.

d) **Proteção e resiliência dos sistemas agroalimentares**

- i) **Seguro rural e gestão de riscos:** instituir, em regulamentações e na Lei Orçamentária Anual, a garantia de recursos adequados e a previsibilidade no cronograma de liberação do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), por meio de um planejamento de longo prazo, que considere o calendário agrícola. A contratação do seguro rural deve ser garantida com subvenção do PSR em períodos estratégicos, tais como o momento em que o produtor está comprando os insumos ou contratando o financiamento de pré-custeio. Além disso, deve ser avaliada a regulamentação do Fundo de Catástrofe (LC 137/2010) para dar estabilidade e reduzir os riscos sistêmicos do PSR, bem como a implementação de medidas que estimulem a contratação de seguro agrícola, contribuindo para ampliar a cobertura em relação à área plantada no país.
- ii) **Regularidade do abastecimento:** garantir recursos suficientes e tempestivos para a operacionalização dos instrumentos da Política de

Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e aprimorar, por meio de regulamentação, os mecanismos adotados na comercialização da produção agrícola por intermédio do poder público, tais como o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Pepr), a Aquisição do Governo Federal (AGF) e o Prêmio para Escoamento de Produtos (PEP), inclusive no que diz respeito à burocracia operacional destes programas.

iii) Fortalecimento da cadeia de suprimentos: promover o planejamento do setor de insumos agropecuários nas próximas décadas, de forma a garantir um ambiente de segurança e previsibilidade para a produção nacional. Como importante elo na transferência de tecnologias, na armazenagem e no suprimento de insumos para produtores rurais de todo o país, as cooperativas agropecuárias são atores estratégicos na implementação do Plano Nacional de Fertilizantes (PNF) e têm se debruçado na busca de soluções efetivas para dirimir possíveis lacunas da cadeia de suprimentos e a diminuição da dependência de produtos internacionais. Além disso, os bioinsumos têm um papel cada vez mais importante para a produção brasileira, permitindo o encontro entre a economia de custos do produtor, a redução da dependência dos produtos químicos e a sustentabilidade da atividade agropecuária.



2 Valorização das comunidades e devido acesso ao financiamento climático

O acesso ao financiamento é central para a governança climática, sendo o grande catalisador para a economia do futuro. A COP29 encerrou com o compromisso dos países desenvolvidos de financiar US\$ 300 bilhões anuais para apoiar a transição e adaptação climática nos países em desenvolvimento, mas o valor necessário ultrapassa US\$ 1 trilhão (Global Stocktake, COP28). Como parte do Roadmap de Baku a Belém, o Brasil recebeu a incumbência de estruturar propostas para ampliar esse financiamento, abrindo espaço para fortalecer o papel do cooperativismo de crédito na transição para uma economia de baixo carbono.

Com 768 cooperativas singulares e mais de 17,9 milhões de cooperados, o cooperativismo de crédito tem se mostrado essencial para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. De acordo com dados do Banco Central, em 2023, sua carteira de crédito ultrapassou R\$ 388 bilhões, representando uma oportunidade estratégica para financiar projetos de energia renovável, agricultura de baixo carbono e eficiência energética. Além disso, as cooperativas de crédito

estão presentes em mais da metade dos municípios brasileiros, sendo a única instituição financeira em 368 deles (BCB, 2024). Com mais de 9 mil unidades de atendimento, possuem a maior rede física do país, facilitando o acesso a crédito para pequenos produtores e empreendedores que, de outra forma, teriam dificuldade em financiar iniciativas sustentáveis.

Enquanto o financiamento público internacional enfrenta desafios, como burocracia e alocação ineficiente de recursos, o financiamento privado tem ganhado força, impulsionado por fundos de investimento e empresas com metas de neutralidade climática. Nesse cenário, o cooperativismo de crédito pode atuar como um agente descentralizado e eficiente, conectando investidores públicos e privados a projetos sustentáveis nas comunidades. Sua estrutura permite a mobilização eficiente do financiamento climático, garantindo que os recursos sejam direcionados para soluções que promovam resiliência climática, neutralidade de carbono e sustentabilidade a longo prazo.

O avanço do mercado de carbono e outros mecanismos econômicos verdes abre novas oportunidades para as cooperativas, que podem apoiar seus cooperados na adequação às regulamentações climáticas e na agregação de valor a projetos e iniciativas sustentáveis. Para isso, a regulamentação do mercado de carbono no Brasil deve assegurar que o cooperativismo seja um dos atores-chave na transição para a neutralidade de emissões de CO₂, promovendo tanto o sequestro de carbono quanto a compensação das emissões. É essencial que o novo marco regulatório seja economicamente atrativo, incentivando iniciativas sustentáveis, garantindo governança adequada e facilitando o acesso a recursos financeiros nacionais e internacionais.

A nova Contribuição Nacionalmente Determinada do Brasil, apresentada na COP29, prevê a redução de 59% a 67% das emissões até 2035, com base nos níveis de 2005. Para atingir essa meta de forma eficaz e justa, a precificação das emissões e o incentivo a práticas sustentáveis são fundamentais. As cooperativas, que já adotam ações de eficiência energética e preservação ambiental, podem se beneficiar diretamente de um mercado de carbono bem estruturado, monetizando práticas sustentáveis e financiando projetos de descarbonização sem comprometer sua competitividade. Um mercado transparente e regulado garantirá acesso a mecanismos justos de compensação e incentivo, fortalecendo ainda mais a participação

das cooperativas na transição para uma economia de baixo carbono. Dessa forma, políticas públicas que viabilizem a governança eficiente desse mercado são essenciais para consolidar o papel das cooperativas na agenda climática nacional.

a) Descentralização do financiamento climático

Promover a descentralização do financiamento climático, garantindo acesso direto das cooperativas a recursos globais para a transição sustentável. Hoje, as cooperativas dificilmente acessam recursos de fundos globais como o *Green Climate Fund* (GCF) e o *Global Environment Facility* (GEF), dentre outros. Os mecanismos de financiamento climático atuais enfrentam barreiras burocráticas, que minam o acesso de pequenos produtores e comunidades



Ao permitir que **cooperativas acessem diretamente esses fundos**, será possível acelerar investimentos em práticas sustentáveis, energias renováveis e resiliência climática, garantindo que os **recursos cheguem a quem mais precisa**.

locais. Ao permitir que cooperativas acessem diretamente esses fundos, será possível acelerar investimentos em práticas sustentáveis, energias renováveis e resiliência climática, garantindo que os recursos cheguem a quem mais precisa. A COP30, realizada no Brasil, representa uma oportunidade única para avançar nesse debate e consolidar o cooperativismo como um dos públicos-alvo do financiamento climático internacional.

b Fundos públicos de financiamento

- i) Devido acesso das cooperativas de crédito aos fundos constitucionais:** ampliar a participação do cooperativismo de crédito como repassador dos Fundos Constitucionais de Financiamento (FCO, FNE e FNO) em volumes adequados às demandas apresentadas pelo segmento, como forma de fortalecer a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e a inclusão produtiva e financeira de produtores rurais e pequenos negócios das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste.
- ii) Cooperativas como beneficiárias dos fundos de desenvolvimento regional:** potencializar a participação das cooperativas agropecuárias e de infraestrutura no papel de beneficiárias dos recursos dos fundos de desenvolvimento regional

(FDCO, FDNE e FDA), assegurando a realização de investimentos em infraestrutura, logística e na estruturação de empreendimentos produtivos e tecnológico de grande capacidade de dinamização econômica nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, como bases de uma economia inclusiva e voltada para cadeias produtivas sustentáveis.

- iii) Alocação dos Fundos Clima e Amazônia:** ampliar o acesso de cooperativas e comunidades locais aos Fundos Clima e Amazônia é fundamental para maximizar o impacto socioambiental. Para isso, é necessário reduzir burocracias, descentralizar a alocação de recursos e investir em capacitação técnica dos beneficiários, garantindo inclusão, eficiência e fortalecimento da governança local no enfrentamento das mudanças climáticas. Em parceria com o BNDES, o cooperativismo brasileiro é uma peça-chave para impulsionar ações climáticas integradas e inclusivas, indo além da oferta de crédito e desempenhando um papel essencial na orientação técnica e na gestão e governança dos recursos.
- iv) Acesso ao FNDCT por cooperativas:** permitir que as cooperativas sejam beneficiárias diretas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), em parceria com a Finep e com centros tecnológicos, em projetos voltados para a sustentabilidade do agro-negócio brasileiro; pesquisa e tecnologia para garantia da segurança alimentar da população

brasileira; tecnologias para geração de energia a partir de fontes sustentáveis; inovações para armazenamento de energia; projetos de captura, armazenamento e/ou uso de CO₂; investimentos em economia circular e tratamento de resíduos sólidos; dentre outros.

C Regulamentação do mercado de carbono

- i) **Transparência e integridade no Mercado de Carbono:** garantir transparência e integridade no mercado de carbono, assegurando que os créditos estejam vinculados a projetos efetivos de redução ou remoção de emissões de GEE. Incentivar certificadoras nacionais e fortalecer auditorias independentes e verificações padronizadas para garantir a credibilidade dos créditos. Implementar rastreabilidade robusta por meio de uma plataforma global que acompanhe o ciclo de vida dos créditos, prevenindo práticas de “greenwashing”. Harmonizar padrões entre mercados regulados e voluntários para evitar contagem dupla e facilitar a integração entre sistemas, promovendo um mercado mais confiável e acessível a produtores rurais e setores sustentáveis.
- ii) **Integração dos mercados e regulação de créditos privados:** facilitar a integração entre mercados de carbono nacionais e internacionais, garantindo normas claras que promovam

maior liquidez e validação internacional dos créditos gerados no Brasil. Regulamentar o uso de créditos privados nos mecanismos de mercado entre países, incentivando ações voluntárias alinhadas com compromissos climáticos, especialmente após a regulamentação do artigo 6 do Acordo de Paris, na COP29 em Baku. Fortalecer a participação do setor produtivo na transição para uma economia de baixo carbono, ampliando a atração de investimentos externos. Utilizar o cooperativismo de crédito como canal estratégico para democratizar o acesso ao mercado de carbono, assegurando a remuneração de práticas ambientais e promovendo uma transição justa e inclusiva.

- iii) **Métricas e práticas adaptadas às realidades tropicais:** adaptar as metodologias de Mensuração, Relato e Verificação (MRV) às realidades dos ecossistemas tropicais, garantindo o reconhecimento e a valorização do sequestro de carbono em florestas, solos e sistemas produtivos brasileiros. Desenvolver tecnologias locais, como geolocalização e inteligência artificial, para facilitar o monitoramento e a rastreabilidade das emissões de carbono, tornando-as acessíveis para cooperativas e produtores rurais. Evitar barreiras artificiais na regulação do mercado, assegurando um sistema justo, transparente e adequado às condições brasileiras, fortalecendo a posição do país na transição para uma economia mais sustentável.

d) Efetivação da Política de Pagamento por Serviços Ambientais:

Regulamentar a Lei 14.119/2021, que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA), com o devido reconhecimento das iniciativas de preservação e recuperação ambiental realizadas pelos produtores rurais e cooperativas. Também, no âmbito da regulamentação, é necessário instituir mecanismos de monitoramento e transparência que propiciem um ambiente favorável no país à injeção de investimentos no setor. Para isso, é pertinente utilizar como referência a experiência de estados que já desenvolveram iniciativas de PSA, analisando as melhores práticas para a regulamentação federal. O fortalecimento dos mecanismos de pagamento por serviços ambientais pode tornar a conservação ambiental um ativo econômico real para as comunidades. O reconhecimento do papel das cooperativas na conservação de biomas estratégicos pode incentivar práticas produtivas que conciliem a produção agropecuária com a preservação ambiental.

e) Títulos verdes e demais instrumentos econômicos

Diversificar a emissão de títulos verdes (*green bonds*) no Brasil, hoje ainda concentrados nos setores de energia renovável e nas atividades de produ-

tos florestais certificados, nas cadeias de celulose e de papel. Neste sentido, é necessário estruturar uma carteira de investimentos verdes nacionais, que inclua práticas e tecnologias abarcadas pelo Plano ABC+, além de divulgar dados oficiais sobre possíveis fontes de financiamento, incluindo cooperativas de todos os segmentos econômicos, de forma a possibilitar a aproximação com investidores e gestores de ativos nacionais e internacionais. Além disso, fortalecer os instrumentos econômicos verdes na atividade agropecuária, com maior retorno e valor para as práticas sustentáveis, que leve em consideração os padrões de resiliência ao clima e à agricultura tropical.

f) Taxonomia sustentável brasileira

Desenvolver uma Taxonomia Sustentável Nacional, com objetivo de estabelecer incentivos ao investimento privado, como benefícios fiscais e estímulos financeiros para empresas e cooperativas que adotem práticas sustentáveis, ampliando o volume de recursos destinados à economia verde. Para tanto, é fundamental que a taxonomia funcione como um instrumento de referência para a diversificação de investimentos, facilitando e barateando a atração de novos investimentos verdes, sem restringir ou impedir o acesso a recursos já existentes.

3 Transição energética e desenvolvimento sustentável

A transição energética é um dos desafios mais urgentes da governança climática global, exigindo soluções que garantam segurança, ampliação das fontes renováveis e redução das desigualdades no acesso à energia. O direito ao desenvolvimento sustentável, consagrado na Declaração do Rio 92, depende do acesso equitativo à energia, promovendo inovação e colaboração, em vez de restrições que aprofundam disparidades socioeconômicas.

Com uma matriz energética privilegiada e predominantemente renovável, o Brasil tem um papel estratégico nesse cenário. A COP28, em Dubai, marcou um avanço significativo ao propor, pela primeira vez, a “transição em direção ao fim dos combustíveis fósseis”. Esse compromisso global reforça a necessidade de acelerar a diversificação energética, promovendo soluções que combinem inovação, inclusão e sustentabilidade. Durante a COP30, em Belém, o Brasil tem a oportunidade de liderar o debate sobre a transição energética de forma justa, ordenada e

equitativa, para que se alcance a meta de, até 2030, triplicar a capacidade global de energia renovável, além de dobrar a eficiência energética.

Este processo envolve a substituição gradual de combustíveis fósseis por fontes limpas e sustentáveis, promovendo eficiência energética e modernização das infraestruturas. O caminho para a mudança não depende apenas de tecnologia, mas também de transformação social e econômica, garantindo que nenhum grupo seja deixado para trás nesse processo. A transição deve ser planejada de forma inclusiva, levando em conta as necessidades de diferentes países e comunidades, especialmente aquelas que ainda enfrentam desafios no acesso à energia, como os povos e comunidades em locais remotos no Brasil.

O cooperativismo pode contribuir, ao permitir que comunidades se organizem para produzir e consumir energia renovável, promovendo um

modelo descentralizado e acessível. Em 2023, 736 cooperativas geraram sua própria energia, um aumento significativo em relação a 2022, em que 582 cooperativas geravam parte de sua energia. O destaque foi para usinas fotovoltaicas, com 3.523 empreendimentos, além de iniciativas em bioenergia e hidrelétricas (OCB, 2024).

Adicionalmente, o cooperativismo tem papel essencial na inovação da bioenergia, aproveitando fontes locais sustentáveis. No Brasil, a produção de bioenergia é complementar à agricultura, garantindo um ciclo de carbono equilibrado. Além disso, a bioenergia representa uma oportunidade econômica para pequenos produtores e cooperativas agrícolas, permitindo maior diversificação das atividades e agregação de valor aos produtos rurais. Para avançar, são necessárias evoluções científicas, econômicas e regulatórias, eliminando barreiras que limitam a expansão dessa matriz.

As cooperativas também são essenciais no desenvolvimento e uso de biocombustíveis, fortalecendo cadeias produtivas sustentáveis. Fontes como etanol, biodiesel e biogás são alternativas estratégicas para a substituição de combustíveis fósseis, especialmente no transporte e na geração descentralizada de energia. O cooperativismo viabiliza a produção local desses insumos e combustíveis, gerando empregos, fortalecendo a economia rural e reduzindo emissões de carbono.

Portanto, a participação ativa das cooperativas na transição energética representa um caminho para um futuro mais sustentável e inclusivo, garantindo acesso universal à energia, impulsionando o desenvolvimento local e fortalecendo a resiliência climática.

a Fomento e ganho de escala na produção de energia renovável

Desenvolver políticas públicas que incentivem o crescimento das cooperativas de energia renovável, incluindo as fontes fotovoltaica, eólica e de biogás. Em todo o país, já existem inúmeros exemplos de cooperativas agropecuárias que convertem passivos ambientais de suas agroindústrias em biogás, garantindo segurança e autossuficiência energética, além de cooperativas de diversos segmentos econômicos que investem em painéis solares para gerar sua própria energia em áreas urbanas e rurais. As vantagens desse modelo são diversas: redução significativa dos custos de produção, ganho de escala, melhores condições na aquisição de infraestrutura e insumos, aumento da produtividade e adoção de processos produtivos mais sustentáveis. Diante desse cenário, torna-se primordial que o poder público fortaleça o setor, promovendo a diversificação da matriz energética nacional como uma externalidade positiva. Para isso, é necessário um equilíbrio na alocação de custos, assegurando que o avanço da proposta não gere impactos desproporcionais à população brasileira.

b Acesso à energia de qualidade no interior do país

Reconhecer e fomentar o papel das cooperativas de distribuição de energia elétrica como atores-chave no acesso à luz no campo e nas cidades, principalmente em comunidades e municípios mais afastados dos grandes centros urbanos. As cooperativas de distribuição de energia necessitam de tratamento adequado por parte do poder público, uma vez que estão localizadas majoritariamente no meio rural e em municípios do interior do país, tendo como características a baixa densidade de consumidores por quilômetro de rede e menor margem econômica na produção rural desenvolvida. A diversificação econômica e a modernização nas cadeias de produção agropecuária e de serviços trazem a necessidade de normativos mais eficientes para o fornecimento adequado de energia.

c Expansão do uso de biocombustíveis

Fomentar a transformação gradual da matriz energética brasileira, por meio da inovação científica, econômica e regulatória para a expansão da bioenergia e dos biocombustíveis, com soluções mais eficientes, sustentáveis e acessíveis para a população. Fortalecer a bioenergia como vetor estratégico da transição energética, aproveitando fontes renová-

veis dos biocombustíveis, em conformidade com a Lei do Combustível do Futuro (Lei 14.933/2024) e com a Lei de Transição Energética (Lei 15.103/2024). Incentivar a produção de biocombustíveis nas cooperativas e a segurança para investimentos no setor agroenergético, de forma a garantir maior estabilidade dos preços de commodities como soja, milho e proteína animal, além de reduzir a dependência dos combustíveis fósseis.

d Valorização do Selo Biocombustível Social:

Manter e aprimorar o programa Selo Biocombustível Social (SBS) com foco na organização da cadeia produtiva da agricultura familiar por meio do cooperativismo. O SBS é uma política pública que visa fomentar a aquisição de matérias-primas da agricultura familiar para a produção de biocombustíveis. O Selo auxilia tanto a sustentabilidade como a inclusão produtiva e social dos agricultores familiares fornecedores de matéria-prima para a produção de biocombustíveis. As cooperativas agropecuárias são peças fundamentais para a instrumentalização do programa por meio da criação de condições para a comercialização da produção de seus cooperados, em volume e qualidade, para as empresas de biodiesel. Em contrapartida, recebem apoio para que possam disponibilizar assistência técnica adequada e direcionada aos seus produtores.

4 Bioeconomia como oportunidade de desenvolvimento

A bioeconomia tem se consolidado como um dos principais caminhos para um desenvolvimento sustentável, equilibrando inclusão social, inovação tecnológica e conservação ambiental. No mundo, esse conceito evolui e se adapta a distintas realidades. No Brasil, bioeconomia abrange desde a valorização da biodiversidade e de produtos florestais não madeireiros até a aplicação de biotecnologia e bioenergia em cadeias produtivas estruturadas. Ou seja, a bioeconomia busca transformar a biodiversidade em oportunidades produtivas sustentáveis, garantindo a preservação dos recursos naturais e promovendo cadeias de valor ambientalmente responsáveis.

Para viabilizar esse modelo, são adotadas práticas como a economia circular, o uso de bioinsumos e a transição para energias renováveis. Os biofertilizantes e os defensivos agrícolas de base biológica reduzem a dependência de insumos sintéticos, assim como seus impactos ambientais, promovendo a agricultura regenerativa e o equilíbrio ecológico.

A bioeconomia não é um privilégio regional; ao contrário, cada parte do país deve desenvolver seu próprio modelo, alinhando inteligência, tecnologia e práticas avançadas às vocações locais e saberes ancestrais. A Amazônia, por exemplo, abriga a maior biodiversidade do planeta, com imenso potencial para estruturar uma economia inclusiva, baseada na inovação e no desenvolvimento sustentável das suas cadeias produtivas. Já o Cerrado abriga a mais avançada bioeconomia tropical, resultado da combinação entre tecnologia, empreendedorismo e mobilização eficiente dos recursos naturais, com destaque para a agricultura tropical sustentável.

Nesse contexto, o cooperativismo é um ator-chave ao promover a participação ativa das comunidades locais e fortalecer a resiliência climática. Baseado em princípios como gestão democrática, educação e interesse pela comunidade, o modelo cooperativista assegura que o desenvolvimento econômico ocorra de maneira inclusiva e sustentável. Além de fortale-

cer as economias locais e promover justiça climática, o cooperativismo amplia a proteção ambiental, garantindo que a manutenção da floresta em pé gere benefícios diretos para as populações que dela dependem. Também permite que os benefícios da bioeconomia alcancem pequenos e médios produtores, promovendo a disseminação do conhecimento e facilitando a adoção de novas tecnologias no campo.

A COP30 surge como uma oportunidade estratégica para o Brasil consolidar a bioeconomia como eixo estruturante do desenvolvimento nacional e modelo de referência para outros países. Para que o cooperativismo se reafirme como instrumento desse desenvolvimento sustentável, são necessárias políticas públicas e instrumentos financeiros específicos que incentivem a transição para modelos produtivos mais sustentáveis, garantindo que a bioeconomia cumpra seu papel na construção de um futuro mais equilibrado e inclusivo.

a Biotecnologia e desenvolvimento sustentável

Incentivar a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias no campo, sem deixar de lado o potencial dos produtos da biodiversidade e o conhecimento tradicional das comunidades presentes em cada um dos biomas. Desta forma, é necessário im-

pulsionar, cada vez mais, soluções que aumentem a competitividade da bioeconomia brasileira, com a adoção de práticas mais sustentáveis e produtivas no campo e na indústria, por meio de capacitação, investimento em melhoramento genético de culturas nativas, biotecnologia e inteligência artificial aplicada à agropecuária. Além disso, é fundamental fortalecer os polos tecnológicos de bioeconomia, conectando Embrapa, CNPq, universidades, centros de pesquisa e cooperativas.

b Rastreabilidade e certificação da cadeia produtiva

Promover a conformidade, incentivar práticas sustentáveis e valorizar a produção agropecuária brasileira por meio de mecanismos de rastreabilidade e certificação de cadeias produtivas, sem que represente acréscimo de custos ou a formação de barreiras não-tarifárias, de modo a ampliar a competitividade dos produtos brasileiros no mercado global. Além disso, é importante incentivar o reconhecimento e a expansão de selos para produtos da bioeconomia, agregando valor às atividades produtivas sustentáveis e ao uso eficiente dos recursos naturais, bem como os produtos com Indicações Geográficas (IGs), tendo em vista o fortalecimento de cadeias produtivas locais e o acesso a mercados especializados.

c Desenvolvimento territorial sustentável

Digitalizar e integrar as bases de dados sobre terras públicas e privadas para otimizar a gestão territorial no Brasil, utilizando geotecnologias para apoiar a regularização fundiária e proteger territórios de interesse público. As políticas de regularização fundiária e ambiental devem ser complementares: enquanto a titulação de terras públicas e privadas facilita os mecanismos de acesso ao crédito e a responsabilização pelo desmatamento ilegal, é essencial garantir salvaguardas ambientais de proteção da vegetação nativa no processo de regularização fundiária, conforme previsto no Código Florestal (Lei nº 12.651/2012). Além disso, fomentar a estruturação e fortalecimento de arranjos produtivos locais, por meio de acesso ao crédito rural e às compras governamentais da agricultura familiar, para fortalecer o desenvolvimento sustentável e a resiliência econômica, social e ambiental das comunidades em territórios de desenvolvimento regional.

d Desenvolvimento da Região Amazônica

Fomentar a bioeconomia como ponto central para o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica. Para tanto, esta precisa dialogar com o combate à fome, com a redução de desigualdades,

com o fortalecimento da infraestrutura básica local, com a regularização fundiária responsável e com a garantia de melhores condições de vida das populações locais. A bioeconomia na Amazônia deve estar fundamentada em potencializar o valor de produtos da biodiversidade e do extrativismo, como nas cadeias de cadeias de açaí, castanha, borracha, babaçu e cupuaçu, como também no estímulo a outras cadeias produtivas com potencial econômico para a região, desde que baseadas em práticas sustentáveis. Também é necessário conectar a região e integrá-la com centros comerciais internos e externos, com a construção de infraestrutura de comunicação e de transporte multimodal, incluindo aviação regional e hidrovias. Como instrumento de inclusão financeira e produtiva, as cooperativas podem ser o agente de mobilização e organização destas comunidades, colocando o desenvolvimento econômico da população em patamar de igualdade com a necessidade de preservação do meio ambiente. Por fim, em toda a Amazônia, é imperativo defender a soberania do território e combater a grilagem de terras, o desmatamento ilegal e o crime organizado.

e Fortalecimento das bioeconomias regionais

Incentivar modelos cooperativos de bioeconomia que valorizem a diversidade dos biomas brasileiros. O

crescimento das cadeias bioeconômicas deve estar associado à integração produtiva entre diferentes setores e biomas, ao estímulo à inovação e à organização de arranjos produtivos locais, que garantam previsibilidade e segurança para investimentos. Cada região do país tem potencial para desenvolver soluções adaptadas às suas realidades específicas. Portanto, é necessário reforçar o papel das cooperativas agropecuárias para o ganho de escala, acesso a novas tecnologias, assistência técnica e extensão rural, bem como para o beneficiamento, processamento e industrialização de produtos agropecuários em todos os biomas. Além disso, é necessário difundir o cooperativismo como instrumento de geração de emprego e renda, de acesso a mercados internos e externos, de diversificação dos canais de comercialização e de aumento da eficiência produtiva nas diferentes regiões do Brasil. Por fim, é necessário incentivar o aprimoramento da gestão e da governança das cooperativas, para que estas possam ser cada vez mais centrais como elos da bioeconomia e do desenvolvimento regional do país.

f Estruturação do PIB Verde

Construir a infraestrutura de cálculo e acompanhamento das contas nacionais “verdes” no IBGE, eventualmente em parceria com outras instituições científicas brasileiras e internacionais. Começar pelo desenvolvimento de contas-satélite, agregadas ao PIB, que calculem e revelem o valor econômico de

serviços ecossistêmicos de biodiversidade, água, estoques florestais e energia limpa. Utilizar, como referência, conjunto de diretrizes e referenciais produzidas por organismos internacionais, como a ONU-CEPAL. Em um segundo momento, integrar o “capital natural”, expresso nas contas-satélite, ao PIB nacional, mostrando, de forma integrada, contribuição “verde” da economia brasileira ao planeta. Ao fazer isso, o Brasil pode ser pioneiro na criação de padrões tropicais de referência econômico-ambiental para o mundo.

g Economia circular e logística reversa

Promover a gestão eficiente dos resíduos domésticos e industriais, por meio do seu reaproveitamento, acondicionamento, reciclagem ou descarte adequado. Nesse processo, as cooperativas desempenham um papel essencial em diversos elos da cadeia produtiva, atuando na coleta e no beneficiamento de materiais recicláveis. Para o sucesso dessa iniciativa, é fundamental que o setor público fortaleça políticas de incentivo que tornem a utilização de matéria-prima reciclada mais atraente em comparação com a matéria-prima virgem. Além disso, é necessário desenvolver programas que destaquem o papel do cooperativismo de reciclagem como parceiro estratégico nas diversas cadeias produtivas, colaborando na implementação de programas de logística reversa e economia circular.

5 Adaptação e mitigação de riscos climáticos

A agenda climática global evoluiu, nos últimos 30 anos, para priorizar o desafio da “mitigação” de emissões de gases de efeito estufa. O Acordo de Paris, em 2015, posiciona, ao lado da mitigação, a tarefa da adaptação climática. O *Global Stocktake*, concluído na COP28, em Dubai, enuncia especial atenção a políticas de adaptação, determinando que os países incluam, em suas NDCs, compromissos nacionais de adaptação. Até a COP30, em Belém, espera-se que os países renovem as suas NDCs com compromissos até 2035. Também é esperado que os novos compromissos incorporem, de forma cada vez mais direta e qualificada, compromissos nacionais de adaptação climática.

Os efeitos das mudanças climática têm se tornado mais frequentes e impactantes - sobretudo sobre populações e atividades produtivas mais “expostas” aos desígnios da natureza. No Brasil, 94% dos municípios foram impactados por desastres naturais na última década, afetando diretamente

quase 5 milhões de pessoas (CNM, 2024). Os impactos desses eventos extremos são agravados pela baixa capacidade adaptativa de muitos territórios, especialmente nas regiões mais vulneráveis. A agropecuária também tem sido impactada por chuvas excessivas, mudanças nos padrões de precipitação, secas e pragas, o que compromete a segurança alimentar e nutricional global.

Neste contexto, o cooperativismo se apresenta como um instrumento de sustentabilidade e resiliência. Com sua ampla capilaridade e atuação em ramos estratégicos, como agricultura, infraestrutura e crédito, as cooperativas têm potencial para estruturar respostas locais e escaláveis às mudanças climáticas. Ou seja, a capacidade das cooperativas em liderar processos de adaptação e mitigação climática se evidencia em iniciativas voltadas à recuperação de infraestrutura, adoção de sistemas produtivos sustentáveis e desenvolvimento de técnicas inovadoras para enfrentar eventos extremos.

a Fortalecer políticas e estratégias de adaptação climática

Promover investimentos em resiliência, inovação tecnológica e infraestrutura sustentável, assegurando financiamento adequado para ações preventivas relacionadas aos impactos das mudanças climáticas. Incorporar a adaptação ao planejamento estratégico nacional e local, estimulando a implementação de sistemas de monitoramento climático, uso eficiente de recursos naturais e construção de infraestrutura adaptada a eventos extremos. Desenvolver estratégias regionais e setoriais que respeitem as especificidades territoriais, fomentando soluções descentralizadas e a participação ativa das cooperativas. Incentivar parcerias e troca de conhecimento para fortalecer a resiliência climática e impulsionar economias locais de forma sustentável.

b Valorização e fortalecimento do Plano ABC+

Valorizar, cada vez mais, o papel extraordinário do Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC+), como política pública de desenvolvimento sustentável a ser efetivada em todos os países. Além disso, reconhecer as cooperativas como arranjos produtivos centrais

para dar escala e disseminar as tecnologias e práticas adotadas pelo Plano ABC+. Como exemplo, é possível citar as diversas iniciativas de sucesso vivenciadas no âmbito da política pública pelas cooperativas em ações de recuperação de pastagens degradadas e de conservação ambiental, como no caso do fomento e disseminação de sistemas de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF), de Sistemas Agroflorestais (SAFs), de técnicas como o plantio direto, de fixação biológica de nitrogênio, dentre outros. Ainda no escopo do Plano ABC, as cooperativas são protagonistas no tratamento de dejetos animais e de resíduos da agroindústria para a redução de emissão de metano, produção de adubo orgânico e geração de energia limpa por meio da biomassa, de forma a contribuir com o país a cumprir os compromissos assumidos de redução de emissões de gás metano na atmosfera.

c CAR Dinamizado e efetivação do Código Florestal

Finalizar, em todas as Unidades da Federação, os procedimentos necessários para a análise do Cadastro Ambiental Rural (CAR), que possibilitará também a implantação do Programa de Regularização Ambiental (PRA), de acordo com a realidade e características de cada estado. Recentemente, o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) lançou a ferramenta do CAR Dinamizado, que

utiliza mecanismos de sensoriamento remoto para aumentar a velocidade da análise dos cadastros. O sistema cooperativista apoia a iniciativa e considera importante a implantação da ferramenta do CAR Dinamizado em todos os estados, desde que feita de forma responsável, com previsibilidade e sem gerar insegurança jurídica aos produtores, de modo a colocar em plena aplicação as diretrizes do Código Florestal e fortalecer o combate irrestrito ao desmatamento ilegal no país.

d) Aprimoramento de políticas e instrumentos de seguros climáticos

Expandir e fortalecer os mecanismos de seguros climáticos, garantindo a proteção financeira de cooperados e comunidades frente aos impactos de eventos extremos, como secas, enchentes e tempestades. Isso inclui o aprimoramento dos seguros rurais, permitindo maior cobertura para pequenos e médios produtores, bem como o desenvolvimento de seguros voltados à infraestrutura crítica, assegurando a continuidade das atividades produtivas e a recuperação rápida após desastres. Além disso, é essencial a criação de modelos de seguro paramétrico, que oferecem pagamentos automáticos com base em indicadores climáticos predefinidos, reduzindo burocracias e acelerando a compensação por

perdas. Por fim, cabe promover a democratização de instrumentos avançados de financiamento e seguro em bolsa, com hedges e opções, combinado apoio e subsídio ao prêmio para as cooperativas.

e) Infraestruturas de adaptação a eventos climáticos

Promover redes de resiliência climática por meio de sistemas avançados de monitoramento e alerta precoce, permitindo a identificação e a resposta rápida a eventos extremos. Isso inclui a ampliação de sistemas meteorológicos, sensores ambientais e plataformas de análise de dados, garantindo informações precisas para a tomada de decisão. Além disso, é importante integrar o planejamento territorial à gestão de riscos, assegurando que a ocupação do solo e as infraestruturas sejam projetadas para mitigar os impactos de desastres naturais. Soluções baseadas na natureza, como corredores ecológicos, restauração de bacias hidrográficas e infraestrutura verde, devem ser incentivadas para aumentar a capacidade de adaptação dos territórios. Além disso, o fortalecimento da resposta a emergências requer o desenvolvimento de estruturas sustentáveis e adaptáveis, como centros operacionais estratégicos, abrigos resilientes, estoques de suprimentos e acesso ao crédito para pequenos negócios, agricultura e infraestrutura, em situações de crise.

Relevância do cooperativismo no Brasil e no mundo



Cenário Internacional



3 milhões
de cooperativas no mundo



1 bilhão
de cooperados (12% da humanidade)



280 milhões
de empregos gerados



US\$ 2,4 trilhões
(300 maiores cooperativas do mundo)



Se as 300 maiores cooperativas do mundo fossem um país, elas seriam a **8ª maior economia do mundo**

Fonte: ACI - World Cooperative Monitor (2023)



Cenário Brasileiro



4.509
cooperativas no Brasil



23,5 milhões
de cooperados
(11,5% da população brasileira)



550 mil
de empregos gerados



R\$ 692 bilhões
em ingressos



Acréscimo de **R\$ 5,1 mil**
de PIB por habitante

Fonte: Sistema OCB - AnuárioCoop 2024

2025 - Ano Internacional das Cooperativas

A Assembleia Geral da ONU declarou 2025 como o Ano Internacional das Cooperativas (IYC 2025), reconhecendo a importância do cooperativismo no desenvolvimento sustentável, na inclusão social e na justiça econômica. O reconhecimento destaca o papel do cooperativismo no desenvolvimento das comunidades, na promoção de inclusão social, sustentabilidade e justiça social, além de ser uma solução eficaz para os desafios sociais, econômicos e ambientais globais.

O reconhecimento da ONU reforça a importância das cooperativas na erradicação da pobreza, na promoção da igualdade de gênero, no empoderamento de grupos marginalizados, como mulheres, pessoas com deficiência, povos indígenas e na luta contra a fome e

a desigualdade. Com isso, incentiva seus 195 países-membros a criarem políticas públicas que fortaleçam o setor, facilitando o acesso a recursos, tecnologias e apoio governamental.

A ONU escolheu *Cooperativas Constroem um Mundo Melhor* como tema para o Ano Internacional das Cooperativas, com destaque para o impacto global e duradouro do modelo econômico. Esse tema visa evidenciar o cooperativismo como uma solução essencial para superar desafios globais, como escassez de recursos e mudanças climáticas, além de acelerar a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com foco no combate à pobreza, promoção de trabalho decente e crescimento econômico sustentável.

Ações do sistema cooperativista na agenda ambiental

O Sistema OCB nasceu com o objetivo de unir pessoas que acreditam no cooperativismo. Nos organizamos para fortalecer o movimento cooperativista e defendê-lo como modelo socioeconômico capaz de transformar o mundo em um lugar mais justo, sustentável e com melhores oportunidades para todos.

Sendo a entidade representativa do cooperativismo brasileiro, atuamos como fio condutor da voz do movimento tanto no Brasil quanto no exterior.

O Sistema OCB é dividido em três casas, cada uma com sua função específica e todas sempre trabalhando juntas pelo cooperativismo:



O Sistema OCB trabalha diariamente para fortalecer a competitividade das cooperativas, ao mesmo tempo em que preserva os valores e princípios do nosso modelo de negócios. Além de promover e representar institucionalmente o setor, oferecemos diversas soluções que permitem às cooperativas evoluírem e contribuírem para um mundo mais sustentável e justo.

Avanços no marco regulatório e nas políticas públicas ambientais

A Lei 12.651/2012, que instituiu o Novo Código Florestal Brasileiro, é considerada um dos grandes orgulhos do Brasil em matéria de preservação do meio ambiente, por sua capacidade de harmonizar a proteção dos ecossistemas com a produção agropecuária, garantindo a sustentabilidade em suas três dimensões: ambiental, social e econômica. Após amplos debates e a participação ativa de diversos setores econômicos e de entidades da sociedade civil, o Sistema OCB teve papel de destaque nas discussões, com o desafio de compatibilizar proteção do meio ambiente e produção de alimentos, como valores igualmente fundamentais.

Como mecanismo de gestão territorial, foi instituído o Cadastro Ambiental Rural (CAR), que permite o monitoramento e a regularização de imóveis rurais, ob-

servando-se a proteção das Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reserva Legal, que exige a manutenção de uma porcentagem da área de cada propriedade com vegetação nativa, variando de 20% a 80%, a depender do bioma. Essas medidas garantem que o Brasil se destaque como uma potência agroambiental, capaz de produzir alimentos, fibras e energia, em equilíbrio com seus ecossistemas.

Após a promulgação da legislação, o Sistema OCB teve importante papel na implementação do novo Código Florestal, promovendo mais de 200 oficinas em todo o país em parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA). Iniciativas como essa possibilitaram que milhões de produtores rurais se inscrevessem no CAR, de forma a colocá-los em conformidade com as exigências legais, demonstrando que é possível conciliar produtividade e preservação.

O movimento cooperativista brasileiro também tem atuado ativamente na construção de outras políticas públicas estratégicas, como o Plano de Adaptação e Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC), talvez o maior exemplo em termos de bioeconomia em todo o mundo. As cooperativas têm participado desde o início da construção e da execução do Plano ABC, com incontáveis ações de implementação de tecnologias e boas práticas no campo, tendo em vista a recuperação de pastagens degradadas, a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), a

criação de sistemas agroflorestais (SAFs) e de plantio direto, utilização de bioinsumos em larga escala e o reaproveitamento de resíduos das agroindústrias para eficiência energética, por meio de biodigestores, dentre diversas outras iniciativas.

O Sistema OCB também atuou com centralidade pela regulação do mercado de carbono, garantindo a possibilidade de geração de créditos de carbono a partir de diversas práticas agropecuárias sustentáveis, além de ficar assegurada a participação nos resultados financeiros de programas públicos para áreas privadas com remanescente de vegetação.

No caso da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA), a partir da atuação do Sistema OCB, foi possível incluir as cooperativas no rol de atores prioritários a serem recompensados por iniciativas de preservação ou recuperação ambiental. Além disso, a partir da atuação do Sistema OCB, as Áreas de Preservação Permanente e a Reserva Legal foram elegíveis para pagamento por serviços ambientais, com preferência para aquelas localizadas no entorno de nascentes, em bacias hidrográficas ou em áreas prioritárias para conservação da diversidade biológica em processo de desertificação ou de avançada fragmentação.

Duas matérias que se destacam no cenário atual são a Lei do Combustível do Futuro, que cria condições para a transição rumo a uma matriz energética mais

limpa e amplia a participação dos biocombustíveis no consumo nacional, e a Lei de Transição Energética, que incentiva investimento para a realização de projetos voltados para a construção de infraestrutura, expansão e implantação de parques de produção energética com matrizes sustentáveis, além de promoverem a pesquisa tecnológica e a inovação que visam benefícios para as comunidades inseridas e a redução dos impactos ambientais.

Representação do cooperativismo nos Fóruns Internacionais

No cenário global, a sustentabilidade é uma prioridade para o movimento cooperativista. Em parceria com o Governo Brasileiro, com a ONU e com outras organizações, temos trabalhado para garantir a participação do cooperativismo nas discussões da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Como resultado dessa mobilização, estivemos presentes nas COP 26, 27, 28 e 29, consolidando nossa posição como um ator estratégico na transição para uma economia de baixo carbono.

Para ampliar a participação do movimento cooperativista brasileiro na COP30 e fomentar soluções ambientais alinhadas às necessidades das cooperativas, o Sistema OCB criou as Câmaras Temáticas (CTs) da COP e Ambiental. Essas CTs são fundamen-

tais para incentivar a participação ativa das cooperativas tanto nas conferências climáticas quanto nas demais discussões da agenda ambiental global.

Por meio de nossa atuação, apresentamos iniciativas inovadoras das cooperativas brasileiras, incluindo práticas agrícolas regenerativas, adoção de tecnologias verdes e financiamento de projetos sustentáveis.

Compromisso com um futuro sustentável: iniciativas em curso

O Sistema OCB tem orgulho de atuar na implementação de um conjunto de soluções práticas de ESG do movimento cooperativista por todo o país, colocando-o no centro da agenda de mitigação dos impactos das mudanças climáticas e na promoção

de um futuro sustentável. Para fortalecer essa agenda, desenvolvemos o Programa ESGCoop, que atua em cinco frentes principais.

Em 2023, 365 cooperativas responderam ao Diagnóstico ESGCoop em 19 estados, e em 2024 esse número foi de 348 cooperativas em 25 estados. Além disso, investimos na formação das lideranças cooperativistas em sustentabilidade, oferecendo desde uma mentoria intensiva de 170 horas para mais de 300 lideranças até formações ágeis de 16 horas para 120 executivos, além de outras formações online através da CapacitaCoop, alcançando cerca de 2 mil pessoas.

Além do Diagnóstico ESGCoop, o Sistema OCB implementa iniciativas que auxiliam diretamente as cooperativas na transição para uma economia sustentável:

PROGRAMA ESGCOOP



Mapeamento de boas práticas



Capacitação de dirigentes e técnicos



Desenvolvimento de matrizes de materialidade



Criação de planos de ação para implementar soluções alinhadas aos critérios ESG



Comunicação consistente das boas práticas ESG desenvolvidas pelas cooperativas

Solução Neutralidade de Carbono: Apoia cooperativas na identificação, redução e neutralização de suas emissões de gases de efeito estufa. Atualmente, 18 cooperativas, que reúnem mais de 236 mil cooperados e 31 mil empregados, com faturamento superior a R\$ 52,9 bilhões participam dessa iniciativa-piloto. A solução inclui consultoria especializada para inventariar emissões e identificar oportunidades de descarbonização, destacando o papel das cooperativas na economia verde.

Solução de Eficiência Energética: Desenvolvida para otimizar o consumo de energia em cooperativas de todos os ramos, com foco em fontes renováveis como solar, eólica e biomassa. Atualmente, a iniciativa beneficia 15 cooperativas que, juntas, faturam mais de R\$ 66 bilhões, representando 1,2 milhão de cooperados e mais de 71 mil empregados. Por meio de capacitação e consultoria, essas cooperativas re-

duzem custos operacionais e emissões de carbono, fortalecendo seu compromisso com a agenda ESG.

Programa de Negócios: Destinado ao fortalecimento das cooperativas mais vulneráveis, como as de agricultura familiar, artesanato e reciclagem. Atualmente, mais de 100 cooperativas em 23 Unidades da Federação participam do programa, que oferece apoio na organização interna, consultorias, capacitações e acesso a mercados por meio de feiras, missões técnicas e rodadas de negócios.

Essas iniciativas refletem o compromisso do Sistema OCB com a sustentabilidade, demonstrando como o cooperativismo pode ser um motor para a transição rumo a uma economia de baixo carbono. Seguimos promovendo soluções inovadoras, fortalecendo a regulamentação ambiental e garantindo um futuro mais sustentável para todos.



Processo de elaboração do documento

As propostas apresentadas neste documento são resultado de um processo participativo que teve início com a definição das diretrizes estratégicas votadas no 15º Congresso Brasileiro do Cooperativismo (15º CBC), realizado em 2024, em Brasília, que contou com a participação ativa de mais de 3 mil lideranças cooperativistas. O encontro teve a presença de representantes das 27 Organizações Estaduais do Sistema OCB e de todos os ramos do cooperativismo.

A partir de 1933 propostas sugeridas pelas cooperativas, os 3 mil congressistas escolheram de forma criteriosa os 25 principais desafios e oportunidades para o cooperativismo para os próximos anos, entre os quais constam dois comandos em termos ambientais:

PRIORIDADES DO 15º CONGRESSO BRASILEIRO DO COOPERATIVISMO NO EIXO ESG AMBIENTAL



- 1) Comunicar à sociedade brasileira e internacional os impactos positivos das ações ambientais realizadas pelas cooperativas.



- 2) Promover educação ambiental dos cooperados e colaboradores para conscientizar e orientar as práticas das cooperativas.
-

Nossas propostas também levam em conta o processo de elaboração do Mapa Estratégico 2025-2030 do Sistema OCB, no qual foram consultadas lideranças de todos os ramos do cooperativismo e de todas as regiões do Brasil, com o objetivo de refletir a diversidade e os anseios do movimento cooperativista nas diretrizes e objetivos estratégicos do segmento.

Além disso, entre os dias 10 e 21 de fevereiro de 2025, foi realizada pesquisa com 60 lideranças cooperativistas de todo o país sobre o Manifesto do Cooperativismo Brasileiro para a COP30, com a participação de diretores da Organização Nacional e das Organizações Estaduais do Sistema OCB, coordenadores de conselhos consultivos de ramos do cooperativismo e dirigentes de confederações, federações, centrais e cooperativas, com o objetivo de garantir que nossas propostas reflitam, de forma legítima e representativa, as prioridades, preocupações e boas práticas do nosso movimento em relação à agenda climática global.

Adicionalmente, a estratégia de elaboração do Manifesto foi coordenada na Câmara Temática da COP (CT-COP), no âmbito do Sistema OCB, criada em julho de 2024 como parte das iniciativas do movimento cooperativista para fomentar a participação ativa das cooperativas nas discussões climáticas globais. A CT-COP reúne lideranças cooperativistas

e especialistas técnicos na área ambiental para debater estratégias e o posicionamento do cooperativismo para a conferência climáticas da ONU.

Assim, as propostas contidas neste manifesto refletem com clareza onde e como as cooperativas podem contribuir com o Brasil e com o mundo para o avanço da agenda de desenvolvimento sustentável. Buscamos despertar a consciência das pessoas e dos tomadores de decisão, nacionais e internacionais, para a importância do nosso movimento como protagonista da implementação do pacto global para o alcance das metas climáticas. Além disso, buscamos demonstrar o orgulho do que somos e do que já entregamos em termos de práticas de desenvolvimento sustentável, preservação da floresta e proteção ambiental, com o cuidado para que o debate sobre as mudanças climáticas respeite os padrões de produção e as diferentes realidades das regiões tropicais.

Enxergamos com atenção a importância de que este debate seja conduzido de forma equilibrada, pautado no conhecimento técnico e científico, evitando narrativas que resultem em barreiras comerciais ou restrições ao acesso a mercados. Além disso, ressaltamos a necessidade de assegurar a competitividade da produção brasileira, promovendo a adoção de boas práticas sustentáveis e um posicionamento estratégico alinhado às dinâmicas da agenda climática global.

Ao longo de todo o documento, destacamos caminhos por meio dos quais o cooperativismo demonstra capacidade de transformar o Brasil pela busca do

bem comum e pelo alcance da prosperidade, além de trazeremos propostas estruturantes para avançarmos na agenda de desenvolvimento sustentável.

OBJETIVOS E DESTINATÁRIOS DAS PROPOSTAS:



Governo Federal: incluir o cooperativismo em políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da agenda ambiental e destacar o seu papel como instrumento.



Países e organismos internacionais: ampliar o reconhecimento do cooperativismo como um agente de transformação social e ambiental em debates globais.



Sociedade: ampliar o reconhecimento sobre o papel das cooperativas como atores-chave na construção de uma economia alinhada ao desenvolvimento sustentável.



Movimento cooperativista: valorizar as ações já realizadas pelas cooperativas em termos ambientais e engajar, cada vez mais, o movimento cooperativista na agenda climática, promovendo o debate sobre soluções de descarbonização e inovações sustentáveis.

Cases de cooperativas em sustentabilidade

O site COOP NA COP30 (cop30.coop.br) é uma plataforma que reúne diversos exemplos do cooperativismo voltados à sustentabilidade e à gestão ambiental, proporcionando uma rica fonte de aprendizado sobre como as cooperativas podem contribuir para a agenda climática e desenvolvimento sustentável. Através de iniciativas práticas, o site destaca exemplos de cooperativas que implementam soluções inovadoras e eficazes para a preservação do meio ambiente, gestão de resíduos, uso sustentável de recursos naturais e o combate às mudanças climáticas. Estes casos ilustram como o modelo cooperativista pode ser um agente importante na promoção da economia verde, oferecendo lições valiosas sobre engajamento comunitário e ações colaborativas para um futuro mais sustentável.





Acesse o site:



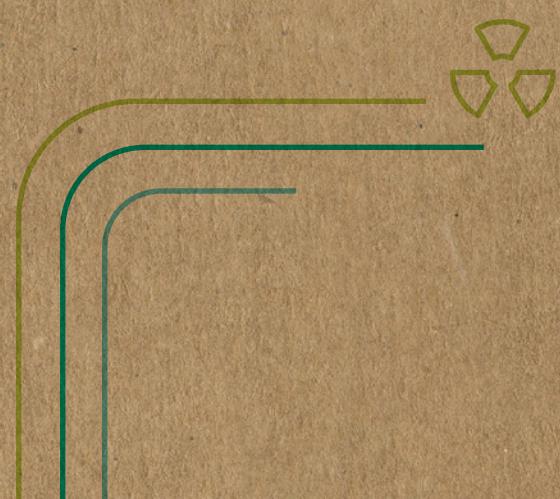
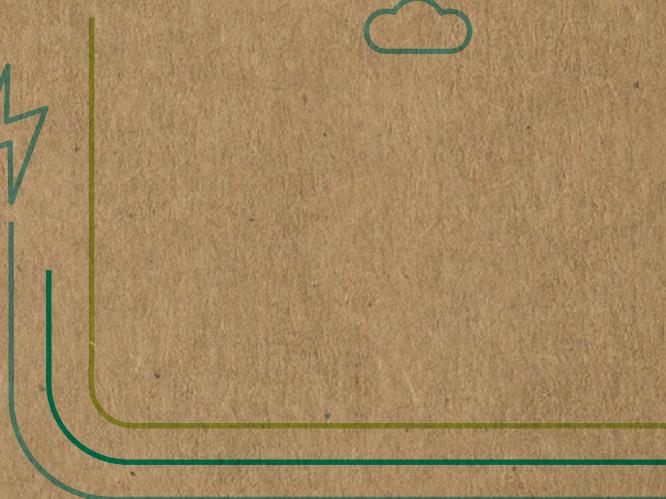
cop30.coop.br



Ano Internacional das Cooperativas

Cooperativas constroem um mundo melhor

ano.coop.br





Ano Internacional das Cooperativas

Cooperativas constroem um mundo melhor

somos **COOP**»



in | @ | f | v | X | •• | @sistemaocb

somoscooperativismo.coop.br